



## Contas de Gerência e Relatório de Atividades 2023

### **Caros Associados**

A atividade do ano de 2023, resultou da concretização possível, do plano de ação proposto para o ano em apreço que apresentava como objetivo principal, a sustentabilidade da Instituição a par da qualificação dos serviços e melhoria do edificado.

Diferentes condicionantes externas e internas influenciaram a gestão diária, a inflação, a comparticipação do Estado que não acompanhou a subida dos custos de funcionamento, nomeadamente o salário mínimo, a gestão do absentismo resultante de baixas prolongadas e a dificuldade de recrutamento, foram entre outros, os desafios que enfrentámos.

Comprometidos com o que podemos fazer por nós próprios, destacamos o investimento em material didático e na requalificação possível de edificado, assinalamos ainda o início de apoio terapêutico a crianças com necessidades específicas, a conclusão do CLDS, a planificação do projeto CAFAP, a transferência de Instalações do Centro Juvenil, a transferência do RSI para as Autarquias e a continuidade de adaptação dos serviços centrais às necessidades da Instituição.

A todos os que no CASLAS trabalham, aos que voluntariamente a ele se dedicam e à comunidade a que pertencemos, muito Obrigado

A Direção

A família CASLAS em 2023 teve a seguinte composição;

**Associados: 178**

**Voluntários: 11**

**Trabalhadores: 195**

Utentes 823 / Formandos 33

<b>Inf.juventude</b> utentes	<b>Prot.crianças</b> utentes	<b>Def.incapaci.</b> Utentes/formandos	<b>Comunidade</b> Utentes
604	25	60+37	134

**No âmbito da intervenção comunitária manteve-se:**

Programa alimentar pessoas carenciadas  
Banco alimentar  
Cantina Social  
Rendimento social de inserção  
Contrato local de desenvolvimento social

### **Organização / estrutura orgânica**

**Sede / Serviços Centrais** – Unidades de Gestão que garantem o funcionamento Institucional e o cumprimento das obrigações legais com as entidades oficiais.

**Estruturas de atendimento** – Garantem a missão da Instituição e a execução do plano de atividades aprovado em assembleia geral do CASLAS.

**Unidades complementares de Apoio** – Apoiam a Direção com suporte técnico e contribuem para o planeamento estratégico da Instituição

<b>Estruturas de atendimento</b>	<b>Sede / Serviços Centrais</b>	<b>Unidades complementares</b>
Infância e Juventude Proteção crianças e jovens Deficiência e incapacidade Comunidade	Contabilidade e orçamento Administração e tesouraria Recursos humanos Apoio e logística	Conselho técnico Serviço Social Psicologia Planeamento e projeto

## Da atividade realizada destacamos em 2023;

### ---- Sede / Serviços Centrais ----

No sentido de adequar a gestão institucional às exigências das entidades oficiais e alcançar níveis de eficiência no funcionamento global do CASLAS, nomeadamente na digitalização e simplificação de processos, deu-se continuidade à organização de serviços, à reafectação de recursos e à sua formação,

No âmbito específico dos **recursos humanos** o quadro mantém-se sem alteração de efetivos:

Um universo maioritariamente feminino, jovem (76% abaixo dos 50 anos), com um tempo de serviço no CASLAS maioritariamente abaixo dos 10 anos, distribuído por 19 categorias profissionais, maioritariamente enquadrados no salário mínimo nacional (65%) por esmagamento dos últimos 7 níveis da tabela salarial, 53 são licenciados (27%).

#### **Distribuição atual dos trabalhadores:**

Inf. juventude	Prot.crianças	Def. incapaci.	Comunidade	Serv.centrais	Manutenção
97	17	47	20	9	5

#### **Avenças: 10**

5 avenças fixas, com dois médicos, uma enfermeira, um gabinete de advogados e apoio informático, as restantes 3 são formadores externos em serviço na URP.

#### **Mobilidade Interna**

Generalizou-se o modelo de mobilidade interna de recursos humanos, que permite colmatar falhas com a partilha de recursos entre estruturas.

#### **Formação**

Foram promovidas ações de formação interna em diferentes domínios  
Foram autorizadas formações externas  
Foram concedidos estatutos de trabalhador-estudante  
Foi desenvolvido um plano de formação interna para Auxiliares de Ação Educativa

#### **Apoio à família**

Foram concedidas na modalidade de jornada contínua, as solicitações enquadradas na lei.

----Estruturas de atendimento----  
Respostas Sociais

É na ação destas estruturas, que a missão do CASLAS se cumpre diariamente.  
Em 2023, os planos de ação de todas as estruturas foram globalmente cumpridos de forma regular.

A ação das estruturas de atendimento, encontram-se detalhadamente apresentada nos respetivos relatórios de atividades, aprovados pela Direção.

Todas as respostas sociais desenvolvidas no CASLAS, tem por base acordos de cooperação, protocolos, ou programas específicos no âmbito da do Ministério da Segurança Social, do Ministério da Educação e do Instituto do Emprego e Formação Profissional, existindo ainda uma colaboração próxima com os Ministérios da Saúde e da Justiça.

**Infância e juventude 604 Crianças**

Centros infantis: São João / Stº Amaro / Praia da Luz / Chinicato / Bensafrim

- Deu-se continuidade ao processo de legalização dos equipamentos em falta,
- Adicionalmente aos lugares em cooperação foram recebidas crianças com medidas de proteção
- Foi incrementada a utilização da plataforma ChildDiary como ferramenta de comunicação com os pais.
- No âmbito do Protocolo com a APPDA que visa apoiar as crianças com necessidades educativas especiais e as equipas que com elas trabalham, foram iniciadas as terapias.

**Creche** - Frequentam esta resposta social, 213 crianças do escalão etário dos 4 meses aos 3 anos.

**Jardim de Infância / pré-escolar** - É uma resposta social integrada na Rede Nacional do Ensino Pré-Escolar. Funciona em duas componentes, letiva e de apoio à família, é frequentada em todos os equipamentos num total de 299 crianças, dos 3 aos 6 anos.

**CATL** – É uma resposta social direcionada ao apoio a crianças em idade escolar, com atividades direcionadas para o estudo e horas livres

É realizado o transporte em autocarro entre a Instituição e a escola, é servido almoço e lanche. Esta resposta social funciona apenas no Centro Infantil de Stº. Amaro, com 92 crianças.

**Proteção Crianças e Jovens 25 Jovens**

**Lar de Jovens** é a resposta social que originou a existência da Instituição.

É uma resposta social difícil e complexa, que acolhe jovens de ambos os sexos, em situação de proteção decretada por tribunal.

Cabe à equipa do lar, ser a sua família no quotidiano da casa, na escola e nos tempos livres.  
Com uma média de idades de 15 anos são acolhidos no lar 25 jovens

## Deficiência e incapacidade 97 Jovens / Adultos

**Lar Residencial** – É uma resposta social vocacionada para o acolhimento de pessoas com deficiência, sem suporte familiar adequado, onde são prestados os cuidados necessários ao seu bem-estar e desenvolvimento das suas capacidades.

Beneficiaram deste acolhimento 32 jovens / adultos.

**Apoio Ocupacional** – É uma resposta social dedicada ao desenvolvimento de pessoas com deficiência e incapacidade, onde se trabalham competências e autonomias no sentido de promover a sua inclusão nos espaços comuns da sua comunidade.

Frequentaram esta unidade 28 Jovens

**Formação Profissional** – Na URP (Unidade de Reabilitação Profissional), financiado pelo IEFP, funciona o Programa de Qualificação das Pessoas com Deficiência e Incapacidades.

Tem por objetivo, através dos cursos ministrados, criar condições de desenvolvimento global e de empregabilidade para os 33 jovens que os frequentaram.

## Intervenção Comunitária

A intervenção comunitária do CASLAS é muito diversificada e chega a um número muito significativo de pessoas que apresentam carências muito distintas.

De matriz idêntica, mas com objetivos diferenciados, **as equipas dos Centros Comunitários Dar a Mão e Duna, do Centro Juvenil, do CLDS 4G e do RSI**, apoiam comunidades em bairros desfavorecidos, apoiam crianças em risco, garantem distribuição alimentar a quem precisa e contribuem para que o rendimento social de inserção chegue a muitos agregados familiares.

Contribuem decisivamente para o desenvolvimento das pessoas, das famílias e da comunidade.

**O RSI** no âmbito da transferência de competências, com os Municípios de Lagos, de Aljezur e Monchique passou a funcionar nas suas instalações.

**O CLDS 4G** concluiu o Projeto em Agosto.

**O Centro Juvenil** transitou de Instalações.

**Centros comunitários** em reorganização

### ---- Unidades complementares de apoio ----

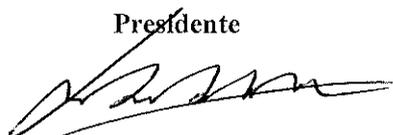
Criadas conceptualmente em 2021, na realidade ainda não iniciaram atividade.

**Em 2023, foi mantida a participação institucional em diferentes organismos e parcerias.**

Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade  
União Regional das Instituições Particulares de Solidariedade Social do Algarve  
Associação Vicentina  
Conselho Municipal de Educação de Lagos  
CG do Agrupamento de Escolas Júlio Dantas  
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens  
Instituto de Apoio à Criança  
Conselho Local de Ação Social  
Equipa Local de Intervenção  
Rede Social  
EAPN – Rede Europeia Anti Pobreza

**A Direção**

**Presidente**



João António do Rio Rosa Bravo

**Vice-Presidente**



José Joaquim Pacheco dos Reis

**Secretária**



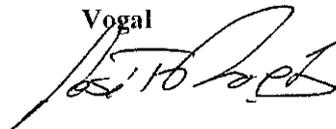
Rita Maria Rodrigues Pires Guerra Ribeiro

**Tesoureira**



Ana Maria Martins Ventura

**Vogal**



José Fernando Simões Santos Rocha



## ATAS

Folha 21

### ATA n.º 104

Aos vinte e sete dias do mês de março, de dois mil e vinte e quatro, na sede do Centro de Assistência Social Anino dos Santos, sito no Rossio de S. João, em Lagos, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia Geral ordinária, em segunda convocatória, com a presença dos associados inscritos no livro de presenças.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, José António Carreiro tomou a presidência, ladeado pelo Primeiro Secretário, Rui Miguel Imaginário e como não se encontrava presente a Segunda-Secretária, foi convidada a associada Sandra Maria Fernandes Chôco, que aceitou, tendo a Assembleia manifestado o seu acordo.

Aberta a sessão, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral agradeceu aos associados a sua comparecência e perguntou se a Assembleia pretendia que fosse lida ou não, a ata da reunião anterior, uma vez que já tinha sido aprovada em minuta. A Assembleia pronunciou-se a favor da dispensa da leitura.

Procedeu-se de imediato à leitura da convocatória cuja ordem de trabalhos era a seguinte:

Ponto único: Apresentação, Discussão e Aprovação da Conta de Gerência da Instituição, referente ao ano 2023, bem como o Relatório da Direção e o Parecer do Conselho Fiscal;

O Presidente da Mesa da Assembleia, colocou a convocatória à aprovação, tendo esta sido aprovada por unanimidade.

Em seguida informou que reservava um período antes da ordem de trabalhos para que a Assembleia se pronunciasse sobre assuntos que se relacionassem com a vida da Instituição. Como ninguém se pronunciou, entrou-se no ponto único da ordem de trabalhos.

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Direção, João António do Rio Rosa Bravo, que apresentou e teceu algumas considerações sobre a execução do relatório de atividades de 2023. Finda a apresentação,



## ATAS

Folha 22

sugeriu ao Presidente da Mesa da Assembleia, que o mesmo fosse colocado à discussão antes da apresentação das contas do exercício. A sugestão foi aceite, não tendo havido, contudo inscrições.

De seguida o Presidente da Direção delegou no Contabilista Certificado da Instituição, Daniel Silva, para apresentar o Balanço, Demonstração de Resultados por Naturezas, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Balancete de Razão e demais documentos que compõem a Conta de Gerência do ano 2023. No decorrer da apresentação, o responsável pela contabilidade foi respondendo às questões que iam sendo colocadas. No entanto, finda a apresentação, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu a palavra aos sócios para se pronunciarem novamente sobre a mesma, não tendo havido inscrições.

Seguiu-se a apresentação pelo Presidente do Conselho Fiscal, José Manuel Rio, do parecer relativo aos dois documentos, o qual concluiu que as contas apresentadas deviam ser aprovadas e deixava também um reconhecimento ao trabalho desenvolvido pela Direção.

O Presidente da Mesa, após a apresentação e discussão do Relatório e Contas de 2023 e ainda do Parecer do Conselho Fiscal, colocou à votação os documentos em análise, tendo estes sido aprovados por unanimidade.

O Presidente da Mesa colocou à assembleia a aprovação da ata em minuta, tendo esta sido aprovada por unanimidade.

O Presidente da Mesa agradeceu a todos os associados a presença na Assembleia e à associada Sandra Maria Fernandes Chôco a sua disponibilidade para fazer parte da mesa.

E não havendo mais nada a tratar, foi a sessão encerrada pelas vinte e duas horas, da qual se lavrou a presente acta que depois de lida e achada conforme vai ser assinada.

## ATAS

Folha 23

Presidente da Mesa da Assembleia Geral

\_\_\_\_\_

1.ª Secretário

\_\_\_\_\_

2.ª Secretária

\_\_\_\_\_

ATA n.º 77

Aos vinte e seis dias do mês de março de dois mil e vinte e quatro, na sede do Centro de Assistência Social Lucinda Anino dos Santos, sito em Rossio de São João, Lagos, NIPC 500877270, reuniu o Conselho Fiscal, pelas dezoito horas, com a presença de José Manuel Soares Rio, Presidente, João Augusto Lima Palma Moreira, vogal e Andreia Margarida Moreira Gomes, vogal, para efeito de apreciar e emitir parecer sobre as contas e o relatório de atividades do exercício de 2023. Foram apresentados os respetivos documentos, relatório de Gestão e Atividades, Balanço, Demonstração de Resultados por Naturezas, Fluxos de Caixa, anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados, referente ao exercício de 2023, foi ainda disponibilizado o Relatório do Revisor Oficial de Contas.

Os documentos foram devidamente apreciados, estando elaborados de acordo com a legislação aplicável às IPSS, verificando-se um resultado positivo de 103.239,38€ (Cento e três mil, duzentos e trinta e nove euros e trinta e oito cêntimos) e um total de Balanço de 2.653.461,99 € (Dois milhões seiscentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e sessenta e um euros e noventa e nove cêntimos). Depois de devidamente analisados, foram o relatório e as contas aprovadas por unanimidade. Com base nesta análise é elaborado o Relatório e Parecer do Conselho Fiscal, que é o seguinte:

"RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

1 - Nos termos das disposições estatutárias, cumpre ao Conselho Fiscal elaborar relatório e emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas da Direção do Centro de Assistência Social Lucinda Anino dos Santos, o que faz referenda ao exercício de 2023.

2 - Durante o exercício, o Conselho Fiscal acompanhou com regularidade, os trabalhos da Direção, tomando conhecimento atempado da evolução da Instituição, bem como da regularidade contabilística, elaborada dentro das normas respetivas.

3 - No encerramento do exercício de 2023, foram analisados os documentos de prestação de contas, nomeadamente, Relatório de Gestão e de Atividades,

Demonstração de Resultados por natureza, Fluxos de Caixa, Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados, verificando-se o resultado positivo de 103.239,38€ (Cento e três mil, duzentos e trinta e nove euros e trinta e oito cêntimos) e um total de Balanço de 2.653.461,99 € (Dois milhões seiscentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e sessenta e um euros e noventa e nove cêntimos).

4 – É com agrado que o Conselho Fiscal analisa no exercício de 2023, o fecho de contas com um resultado positivo.

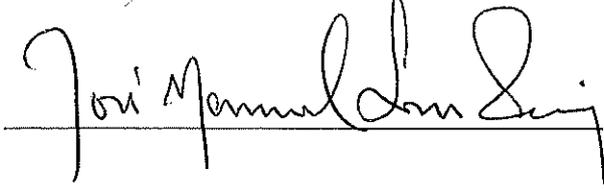
5 – Deverá a Direção continuar com o rigor na despesa, de maneira que os resultados futuros manifestem o equilíbrio financeiro.

6 - Nestes termos, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral aprove as contas referente ao exercício de 2023, apresentadas pela Direção.

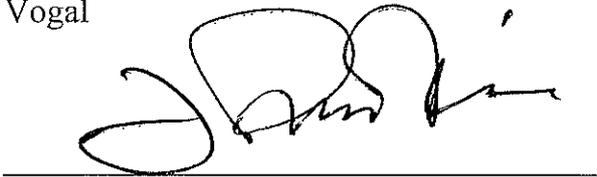
7 - Finalmente, o Conselho Fiscal refere a disponibilidade sempre demonstrada pela Direção, o empenho e competência demonstrada pelo Pessoal da Instituição na prossecução dos respetivos objetivos."

E não havendo mais assuntos a tratar foram os trabalhos encerrados e elaborada a presenta ata que vai ser assinada por todos os membros.

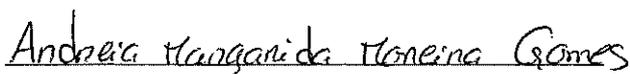
Presidente do Conselho Fiscal



Vogal



Vogal



RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2023	31 DEZ 2022
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis		2 001 402,63	2 052 945,06
Bens do património histórico e artístico e cultural		4 085,15	4 085,15
Ativos intangíveis		1 338,26	1 338,26
Investimentos financeiros		29 935,46	28 433,98
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		81 815,77	81 815,77
		2 118 577,27	2 168 618,22
<b>Activo corrente</b>			
Inventários		624,15	744,17
Créditos a receber		65 915,67	79 701,35
Estado e outros entes públicos		20 155,91	22 408,72
Caixa e depósitos bancários		201 458,66	226 884,83
Gastos a reconhecer		8 642,93	22 684,98
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores...		0,00	0,00
Adiantamentos a fornecedores		6 146,31	2 435,23
Outras contas a receber		231 941,09	349 929,55
		534 884,72	704 788,83
<b>Total do ativo</b>		2 653 461,99	2 873 407,05
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos		416 234,11	416 234,11
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		214 375,53	214 375,53
Resultados transitados		-204 346,34	-98 801,18
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		763 506,59	819 087,30
		1 189 769,89	1 350 895,76
Resultado líquido do período		103 239,38	21 366,22
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		1 293 009,27	1 372 261,98
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		536 416,40	595 439,61
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		536 416,40	595 439,61
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores		156 214,29	175 888,24
Diferimentos		23 053,65	128 544,99
Estado e outros entes públicos		161 050,08	135 776,87
Fundadores/beneméritos/patrocinadores...		0,00	0,00
Outras contas a pagar		447 270,78	423 733,37
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		36 088,77	34 005,12
Adiantamentos a clientes		358,75	7 756,87
		824 036,32	905 705,46
<b>Total do passivo</b>		1 360 452,72	1 501 145,07
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		2 653 461,99	2 873 407,05

A Direcção  
CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
LUCINDA ANINO DOS SANTOS  
José João  
Rita Almeida

O responsável  
D. Almeida

CENTRO A. SOCIAL L. ANINO SANTOS  
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS  
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Contribuinte: 500877270

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	1	796.934,98	786.855,01
Subsídios, doações e legados à exploração		4.063.241,15	3.735.561,66
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		88.891,74	90.828,95
Fornecimentos e serviços externos		913.698,75	908.908,14
Gastos com o pessoal		3.677.692,33	3.430.341,04
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		8.613,41	9.177,28
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		66.999,17	63.894,67
Outros gastos		4.921,99	10.914,35
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>233.357,08</b>	<b>136.141,58</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		96.794,91	97.175,32
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>136.562,17</b>	<b>38.966,26</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		33.322,79	17.644,23
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>103.239,38</b>	<b>21.322,03</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>103.239,38</b>	<b>21.322,03</b>

  
 CENTRO DE ASSISTENCIA SOCIAL  
 José Joaquim Pacheco dos Reis  
 Presidente do Conselho de Administração  
 RUA DO ANINO DOS SANTOS  
 JOSETO LAGOS  
 Rua da ... 1234-5678



CENTRO A. SOCIAL L. ANINO SANTOS  
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Moeda : (Valores em Euros)

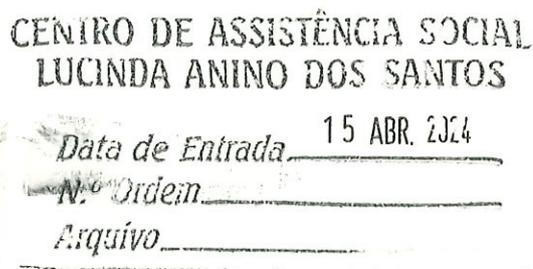
RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2023	2022
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</b>			
Recebimentos de Clientes e Utentes		820 725,93	906 149,05
Pagamentos de subsídios		0,00	650,97
Pagamentos de apoios		52 063,89	5 522,17
Pagamentos de bolsas		88 241,46	145 387,56
Pagamentos a fornecedores		820 267,38	734 461,67
Pagamentos ao pessoal		2 431 388,15	2 300 305,49
Caixa gerada pelas operações		-2 571 234,95	-2 280 178,81
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-258 351,72	-244 173,60
Outros recebimentos/pagamentos		3 744 826,98	3 424 254,83
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		915 240,31	899 902,42
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		7 400,00	6 500,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		7 400,00	6 500,00
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		510 000,00	658 144,52
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		93 221,44	4 129,00
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		440 937,35	685 268,11
Juros e gastos similares		184 103,56	54 246,44
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-21 819,47	-77 241,03
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		900 820,84	829 161,39
Efeito das diferenças de câmbio		-44,16	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		226 884,83	270 515,79
Caixa e seus equivalentes no fim do período		201 458,66	226 884,83

A Direcção

O Responsável

  
 Rita Vaz  
 CENTRO DE ASSISTENCIA SOCIAL  
 LUCINDA ANINO DOS SANTOS  
 F3M - Information Systems, SA





**Ao**

Centro de Assistência Social Lucinda Anino dos Santos

Rua José Ferreira Canelas

Rossio S. João

8600 – 744 Lagos

Lisboa, 9 de abril de 2024

Exmos. Senhores,

Com os meus melhores cumprimentos, junto envio a nossa fatura 482/2024, de 3.690,00 €, relativo a honorários da auditoria às contas, referentes ao ano de 2023.

No caso de pretenderem proceder à respetiva liquidação através de transferência bancária informo que o NIB da nossa conta bancária é o seguinte:

- Banco BEST – **NIB 0065 0921 00260410004 46**

Sem outro assunto de momento, subscrevo-me com particular consideração.

De V. Exas.

Atentamente



## RELATÓRIO DE AUDITORIA

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de “Centro de Assistência Social Lucinda Anino dos Santos” (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 2.653.461,99 euros e um total de fundos patrimoniais de 1.293.009,27 euros, incluindo um resultado líquido de 103.239,38 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de “Centro de Assistência Social Lucinda Anino dos Santos”, em 31 de dezembro de 2023, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

## Responsabilidades da Direção pelas demonstrações financeiras

A Direção é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de atividade nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

Lisboa, 26 de março de 2024



---

António Manuel Castanho Miranda Ribeiro

**(Auditor registado na OROC sob o n.º 778 e na CMVM sob o n.º 20160411)**